

LÓBIS ESPANHÓIS NO REGISTO EUROPEU DE TRANSPARÊNCIA

Ana Almansa-Martínez

Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade,
Faculdade de Ciências da Comunicação, Universidade de Málaga, Espanha

Elizabet Castillero-Ostio

Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade,
Faculdade de Ciências da Comunicação, Universidade de Málaga, Espanha

RESUMO

Os lobistas são agentes políticos de grande importância, já que operam com o objetivo de influenciar a tomada de decisão de diferentes instituições. Visando melhorar o conhecimento sobre estes grupos de pressão, a presente investigação analisa a composição e o funcionamento dos 745 lóbis espanhóis que se encontram, até à data do estudo, inscritos no Registo de Transparência da União Europeia. Através de uma análise de conteúdo, procurou-se mostrar a relevância e a influência que estes grupos detêm sobre os decisores políticos do Parlamento Europeu. Os resultados mostraram que a categoria formada pelos grupos de pressão das empresas das associações comerciais, empresariais ou profissionais é a mais numerosa, assumindo 50,6% da amostra estudada. Em relação aos indivíduos que dirigem estes grupos, notou-se que são maioritariamente homens, numa proporção que corresponde ao dobro do número de mulheres que desempenham esta função. Por outro lado, observa-se que apenas 8,18% dos lóbis espanhóis dispõem de sede na Bélgica, em comparação com 91,81% que não estão domiciliados no lugar onde se encontra a principal sede administrativa da União Europeia. Tal indica que a atividade de *lobbying* dos grupos espanhóis ainda é reduzida.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação política; relações públicas; lóbis; grupos de pressão

SPANISH LOBBIES LISTED IN THE EUROPEAN TRANSPARENCY REGISTER

ABSTRACT

Lobbyists are political agents of great importance, since they operate with the objective of influencing the decision making of different institutions. In order to improve knowledge about these pressure groups, the present research analyses the composition and functioning of the 745 Spanish lobbies that are, until the date of the study, registered in the Transparency Register of the European Union. Through a content analysis, we tried to show the relevance and influence that these groups have on the European Parliament's political decision-makers. The results showed that the category formed by the pressure groups of the companies of the commercial, business or professional associations is the most numerous, assuming 50,6% of the studied sample. Regarding the individuals who run these groups, it was noted that they are mostly men, in a proportion that corresponds to twice the number of women who perform this function. On the other hand, it is observed that only 8,18% of Spanish lobbies have their headquarters in Belgium, compared

to 91,81% who are not domiciled in the place where the main administrative headquarters of the European Union is located. This indicates that the lobbying activity of Spanish groups is still low.

KEYWORDS

political communication; public relations; lobbies; pressure groups

INTRODUÇÃO

Os lóbis desempenham um papel relevante dentro do processo político (Bentley, 1908; Berry, 1989), bem como nas relações deste com os poderes públicos, através de estratégias de comunicação planeadas (Almiron & Xifra, 2016; Castillo-Esparcia, 2018).

Este estudo permitiu perceber que o nível de presença dos grupos de pressão espanhóis depende do tipo de organização (consultorias, associações profissionais e patronais, empresas, organizações não-governamentais, comunidades religiosas, instituições académicas ou de investigação e autoridades locais ou regionais). Além disso, também possibilitou entender o nível de conhecimento dos espanhóis face às implicações nacionais das políticas europeias, bem como o nível de esforço investido na influência sobre estas políticas, mediante a análise dos recursos humanos investidos e do orçamento disponível.

Na União Europeia, é útil manter boas relações com os agentes políticos para conhecer e influenciar a tomada de decisões de forma a que estas sejam mais próximas das necessidades dos países. Este processo de bidirecionalidade comunicativa contribui para a melhoria dos fluxos informativos e participativos e facilita a concretização do direito de participação dos cidadãos no processo político, através de associações que os representam (lóbis).

Nesta investigação, procurou-se conhecer o grau de presença dos grupos de pressão espanhóis na União Europeia através da análise do seu registo oficial. Neste registo estão inscritas as organizações que desejam conhecer e participar nas políticas europeias e nas suas diferentes normativas, diretivas, regulamentos, ditames, entre outros. As decisões europeias possuem uma grande influência nos quadros regulatórios nas políticas nacionais.

Assim, dispor da possibilidade de conhecer as dinâmicas europeias e de interferir nos processos de construção das políticas, bem como intervir nas normativas que estão a ser criadas, é importante. Esta participação no processo de decisão europeu permite propor melhorias nas decisões para que estas vão ao encontro da realidade social de cada país. Além disso, as entidades de *lobbying* podem propor novas regulamentações através da sensibilização e educação dos participantes no processo normativo (Comissão Europeia e Parlamento Europeu).

QUADRO TEÓRICO

O estabelecimento e a manutenção de relações com os poderes políticos através do *lobbying* (Castillo-Esparcia, Smolak-Lozano & Fernández Souto, 2017; Xifra, 1998) é uma das funções relevantes das relações públicas. Assim, um dos públicos mais importantes para as organizações são os poderes políticos e existem, por isso, inúmeras profissões que exercitam a atividade de *lobbying*. Em Espanha, não é comum utilizar o termo lobista, já que este possui conotações negativas. Neste sentido, prefere-se utilizar a denominação de “relações institucionais”.

A articulação das solicitações sociais em direção ao poder é a pedra angular da democracia, do pluralismo e da participação cidadã (Arévalo Martínez & Herlinda Ortiz, 2018; Castillo-Esparcia, 2011; Chalmers, 2013; Harris & McGrath, 2012; Svolik, 2012). Esta articulação dos interesses dos diferentes agentes sociais também foi estudada por Cabral, Andrelo e Granato (2018), por Canelón (2005), por Castillo-Esparcia, Guerra-Heredia e Almansa-Martínez (2017), por Klüver (2012), por Rebollo-Bueno (2019) e por Schendelen (2010). Barron (2011), por exemplo, introduziu as diferenças culturais como um fator determinante no papel desempenhado pelos diferentes agentes políticos envolvidos na tomada de decisões.

No caso concreto da Europa, destacam-se as contribuições de Bernhagen, Dür e Marshall (2015). Os estudos sobre o papel regulador da União Europeia nos aspectos nacionais incidem sobre os elementos jurídicos, políticos e sociais, sendo os cidadãos os últimos destinatários das decisões das instituições europeias. As próprias normativas europeias e nacionais destacam o predomínio das decisões europeias sobre os contextos reguladores nacionais.

Em decorrência da crescente influência dos acordos europeus na atuação dos Estados Membros, as solicitações sociais nacionais não podem ser veiculadas apenas através dos Conselhos Europeus, mas também mediante a participação da sociedade no processo normativo. A participação de grupos de pressão na União Europeia é, por isso, uma ideia desenvolvida desde os anos 1990. Com a criação do Registo de Transparência, os lóbis passam a ter uma voz ativa no processo de abordagem, de discussão, de elaboração e de implementação de políticas públicas. Esta participação pode ser veiculada de uma forma ativa, reativa ou proactiva, mas descreve as organizações sociais como agentes das políticas públicas europeias através da sua participação.

As regulamentações através de normativas “tendem a modificar certas condutas e práticas sociais que têm repercussões tanto nas instituições (...) quanto nos indivíduos” (Moya Díaz, 2018, p. 88). Desta forma, “é importante discutir sobre as relações que se estabelecem entre a formalidade e a informalidade, o papel que desempenham as instituições como mediadores da ação social e o efeito dos processos modernizadores nos governos” (Moya Díaz, 2018, p. 89).

É certo que a regulamentação da atividade dos lóbis tem sido uma constante quase em todo o mundo. Nos Estados Unidos, país com a maior concentração de lobistas, em 1938 era aprovada a FARA (Foreign Agents Registration Act), lei de registo de agentes estrangeiros, que obrigava ao registo dos agentes que representavam os interesses de outros países.

Este interesse contrasta com o facto de que, no âmbito das relações públicas, a atividade do *lobbying* não teve especial importância, uma vez que estas estavam mais focadas nas relações com os meios de comunicação social (Almansa-Martínez, 2003). No entanto, o desenvolvimento teórico e prático desta temática mostrou que o papel mediático não é um fim, mas sim um instrumento de difusão das ações e mensagens planeadas. Neste sentido, o estudo do *lobbying* como processo comunicativo conta com referências influenciadas pelas relações públicas (Castillo-Esparcia, 2018; Xifra, 2016). No contexto internacional, a análise da gestão da influência política conta com uma ampla bagagem e um inegável contributo anglo-saxónico (Bentley, 1908; Milbraith, 1963; Truman, 1968).

Os lóbis possuem uma crescente participação no processo político devido a dois fatores fundamentais:

1. os cidadãos e as organizações estão conscientes de que devem participar na discussão pública ou política dos temas sociais que os afetam e para isso, devem dispor de canais políticos para o efeito. No modelo político tradicional, o principal veículo são os partidos políticos, mas a complexidade social exige uma maior concretização dos interesses através de associações sociais. Esta transferência de interesses sociais pode ser parcial (exigência de solicitações específicas de coletivos, como melhorias assistenciais, salariais ou de condições) ou transversal (defesa do meio ambiente, direito dos consumidores, entre outros). É um sector caracterizado pela socialização do Estado (Castillo-Esparcia & Smolak, 2017);
2. os crescentes problemas sociais das sociedades contemporâneas exigem uma maior participação das instituições públicas na gestão dos assuntos. Assim, Harris (2002) afirma que o Estado participa cada vez mais na regulamentação das solicitações coletivas no contexto da estatização social.

METODOLOGIA

A presente investigação tem como objetivo principal conhecer e analisar a composição e a atividade dos grupos de pressão espanhóis inscritos no Registo de Transparência da União Europeia. Para isso, foram elaborados modelos de análise de conteúdo com as seguintes variáveis:

1. data da inscrição no registo: esta informação foi obtida com o objetivo de determinar os sectores ou grupos de pressão que se inscreveram primeiro no registo e que se adaptaram às políticas de transparência;
2. lóbis que possuem sede em Bruxelas, na Bélgica: esta variável permitiu perceber quais os grupos de pressão sediados na cidade onde se encontra a principal sede administrativa da União Europeia; estes grupos demonstram melhores relações com os decisores do Parlamento Europeu e, dessa forma, possuem uma atividade mais intensa;
3. dados dos indivíduos que compõem os lóbis de forma a conhecer os seus perfis e a sua composição: nome, sexo, cargo desempenhado pela pessoa que representam os grupos, número total de pessoas que compõem os grupos, média de indivíduos que trabalham para esses grupos, quantos trabalham em jornada completa, bem como a indicação dos grupos que contam com maior número de pessoas no seu quadro de colaboradores;
4. objetivos perseguidos pelos lóbis;
5. informação sobre os custos anuais, para conhecer os lóbis, bem como os sectores que destinam mais recursos económicos à atividade;
6. as áreas que suscitam maior interesse nos grupos de pressão registados.

É possível aceder ao *corpus* de estudo desta investigação através da página web pública disponibilizada pelo Registo de Transparência da União Europeia¹. Trata-se de uma base de dados na qual figuram, de forma voluntária e exatamente como descrito na própria página web do registo, “as organizações que tratam de influir no processo legislativo e na aplicação das políticas das instituições da UE”². Este registo descreve os interesses dos grupos de pressão, refere quem representa esses interesses e em nome de quem, bem como o orçamento que cada grupo possui. Desta forma, o registo contribui para o controlo público, proporcionando aos cidadãos e a outros lóbis, a oportunidade de acompanhar as atividades de cada grupo de pressão.

A amostra estudada é composta por 745 grupos de pressão espanhóis que, até à data do estudo, estavam inscritos no Registo de Transparência da UE. A análise foi realizada entre fevereiro e março de 2018.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os 745 grupos de interesse espanhóis inscritos no Registo de Transparência da UE até à data do estudo, ordenados de acordo com a categoria e com a subcategoria da organização, indicando-se o número de lóbis de cada uma. A categoria mais numerosa é a dos “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais” com 337 lóbis inscritos, dentro da qual se destaca a subcategoria “associações comerciais e empresariais” que reúne 170 grupos. O grupo minoritário é o das organizações religiosas, onde aparece registado apenas um grupo de pressão.

CATEGORIA DAS ORGANIZAÇÕES INSCRITAS NO REGISTO DA UE	SUBCATEGORIA DAS ORGANIZAÇÕES INSCRITAS NO REGISTO DA UE	NÚMERO
Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria	Consultorias profissionais	52
	Escritórios de advocacia	8
	Consultores que trabalham por conta própria	13
	Total	73
Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais	Empresas e grupos	115
	Associações comerciais e empresariais	170
	Sindicatos e associações profissionais	57
	Outras organizações	35
	Total	377
Organizações não-governamentais	Organizações, plataformas e redes não governamentais e similares	167
	Total	167

¹ Ver <https://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do? Redir = false & locale = pt>

² Retirado de <https://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do? Redir = false & locale = pt>

Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação	Grupos de reflexão e instituições de investigação	46
	Instituições académicas	26
	Total	72
Organizações que representam igrejas e comunidades religiosas	Total	1
Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.	Estruturas regionais	12
	Outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional	5
	Associações e redes transnacionais de autoridades públicas regionais ou de categoria inferior à nacional	7
	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar em favor do interesse público	31
	Total	55
Total: 745		

Tabela 1: Categorias e número de organizações espanholas inscritas no Registo de Transparência da UE

DADOS REFERENTES À DATA DE INSCRIÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO ESPANHÓIS NO REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DA UE

Os 10 primeiros grupos de interesse espanhóis inscritos no Registo de Transparência da UE, que se iniciou em 23 de junho de 2008, são os apresentados na Tabela 2.

DATA DE INSCRIÇÃO	NOME DA ORGANIZAÇÃO
23/06/2008	Telefónica, S.A.
24/06/2008	Eurosenior
04/07/2008	Cooperativas Agro-alimentarias de España
16/10/2008	Asociación Multisectorial de la Información (Asedie)
07/11/2008	Plataforma de ONG de Acción Social (POAS)
21/11/2008	Confederación Española de Transporte de Mercancías (CETM)
27/01/2009	Puerto de Celeiro S.A.
25/02/2009	European Federation of Rural Tourism (Eurogites)
30/04/2009	Cámara Oficial de Comercio, Industria, Servicios y de Barcelona (COCIN BCN)
08/05/2009	Confederación Española de Cajas de Ahorros (CECA)

Tabela 2: Data de inscrição dos grupos de pressão no Registo de Transparência da UE

As subcategorias às quais pertencem os grupos de pressão que se inscreveram primeiro no registo e que, portanto, se adaptaram mais cedo às políticas de transparência,

estão ordenados na Tabela 3. Para determinar a referida ordem, tivemos em conta o tempo decorrido (três meses) desde que se iniciou o registo até à formalização da inscrição, calculando-se a média para cada subcategoria.

O primeiro tipo de organização a registar-se foi “outras organizações”, grupo integrado nos “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais”, com uma média de 63 meses de tempo decorrido até à inscrição no registo. Em seguida, está o grupo “organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.”, com as subcategorias “outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional”, que se inscreveram em 69 meses, e as “estruturas regionais”, que demoraram 74 meses. Em quarto lugar, encontra-se o grupo de organizações formado pelos “sindicatos e associações profissionais”, integrado nos “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais”, com um tempo médio de inscrição de 76 meses.

ORDEM	GRUPOS DE INTERESSE (SUBCATEGORIAS)	MÉDIA DO SECTOR DO TEMPO DECORRIDO ATÉ A INSCRIÇÃO NO REGISTO (EM MESES)	CATEGORIA
1	Outras organizações	63,37	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
2	Outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional	69,8	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
3	Estruturas regionais	74,91	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
4	Sindicatos e associações profissionais	76,77	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
5	Escritórios de advocacia	79,12	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria
6	Associações comerciais e empresariais	79,74	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais ou profissionais
7	Organizações, plataformas e redes não-governamentais e afins	81,81	Organizações não-governamentais
8	Consultorias profissionais	83,17	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria

9	Grupos de reflexão e instituições de investigação	85,89	Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação
10	Empresas e grupos	86,77	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
11	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar em favor do interesse público	88,19	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
12	Consultores que trabalham por conta própria	88,53	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria
13	Instituições académicas	94,84	Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação
14	Associações e redes transnacionais de autoridades públicas regionais ou de categoria inferior à nacional	98	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
15	Organizações que representam igrejas e comunidades religiosas	104	Organizações que representam as igrejas e comunidades religiosas

Tabela 3: Primeiros sectores que se inscreveram no Registo de Transparência da UE

DADOS REFERENTES AOS GRUPOS DE PRESSÃO ESPANHÓIS SEDIADOS NA BÉLGICA

Dos 745 grupos de pressão espanhóis que, até à data do estudo, estavam inscritos no Registo de Transparência da UE, apenas 61 possuem sede em Bruxelas, na Bélgica. Assim, apenas 8,18% destes lóbis dispõem de sede em Bruxelas, em comparação com 91,81% dos grupos que não estão estabelecidos no lugar onde se encontra a principal sede administrativa da União Europeia. A subcategoria “empresas e grupos” é aquela que conta com um maior número de lobistas com endereço na Bélgica, contabilizando 21,31%, seguida das “organizações, plataformas e redes não-governamentais e afins” com 18,03%. Em terceiro lugar nesta contagem ficam as “associações comerciais e empresariais” com 14,75%.

Dos endereços apresentados no registo, 18 deles são coincidentes, o que significa que os escritórios desses grupos dividem o mesmo edifício. Dessas organizações 38,8% são “consultorias profissionais” e 22,22% dizem respeito a “associações comerciais e empresariais”.

DADOS RELACIONADOS COM OS INDIVÍDUOS QUE OPERAM NOS GRUPOS DE PRESSÃO

O número total de pessoas que trabalha nos grupos de pressão espanhóis inscritos no registo é de 3.851. Considerando os que exercem funções em jornada contínua, o número total de pessoas será de 1.806,4. Assim, a média de colaboradores em cada grupo é de cinco pessoas.

O grupo de pressão que conta com um maior número de colaboradores (165) é a Fundación Tekniker. Essa fundação encaixa-se nos “grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação”, mais concretamente na subcategoria “grupos de reflexão e instituições de investigação”. Em seguida, aparece a Fundación Secretariado Gitano com 124 colaboradores, a qual pertence às “organizações não-governamentais”. Em terceiro lugar encontra-se a Universidad de Alicante, com 88 lobistas, integrada nos “grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação”.

Considerando o sexo dos indivíduos que representam os lóbis e que são responsáveis por manter o diálogo com a União Europeia, os homens (509) constituem o dobro das mulheres (236), o que representa 68,32% de homens quando comparados com 31,67% de mulheres. Este padrão repete-se em todos os grupos de pressão estudados.

Analisando os cargos desempenhados, distinguem-se posições que são exercidas por indivíduos que possuem a máxima autoridade de gestão e de direção na administração do grupo, bem como outros cargos dirigentes. Os termos seguintes são os que descrevem os cargos de máxima autoridade: presidente, diretor/a executivo/a, diretor/a geral, gerente, executivo/a, delegado/a, chefe, executivo/a, presidente executivo/a, principal oficial, conselheiro/a e CEO. Encontraram-se 305 pessoas encarregues de mediar as relações com a União Europeia, e 440 indivíduos com funções de outra natureza. Tal pressupõe que 40,93% sejam dirigentes de máxima autoridade e que 59,06% ocupem outros cargos. Esta situação ocorre em todos os grupos de pressão, sendo um pouco mais igualitária no caso das organizações não-governamentais, nas quais 83 dos cargos são dirigentes e 84 desempenham outras funções.

OBJETIVOS DOS LÓBIS INSCRITOS NO REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DA UE

Com a análise efetuada, encontraram-se poucos grupos que afirmam ter uma missão e objetivos específicos relacionados com a mudança da legislação, ou que se constituíram devido a algum facto pontual e concreto.

Os objetivos específicos encontrados foram os seguintes:

- grupo de pressão “organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.”/“estruturas regionais”:
 - Agència Catalana de l'Aigua: elaborar leis e decretos-lei no domínio das águas;
- grupo de pressão “organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.”/“outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional”:
 - Ayuntamiento de Barcelona: instituição local com competências sobre legislação local;
 - Ayuntamiento de Huelva: instituição local com competências sobre legislação local;

- grupo de pressão “ONG”:
 - Access Info Europe: a sua missão é garantir que o direito de acesso à informação esteja consagrado na lei e aplicado na prática. Tal inclui o direito de acesso aos documentos da União Europeia segundo estabelecido pelo artigo 15º do Tratado de Funcionamento da União Europeia;
 - European Agroforestry Federation: o objetivo principal da organização é concretizado através de recomendações de políticas dos estados da União Europeia e da Política Agrícola Comum (PAC);
 - Asociación Afectados del Vuelo Jk5022: os seus objetivos principais são o esclarecimento do que aconteceu após o acidente e a prestação de apoio às vítimas;
 - Alianza de Solidaridad Extremeña: o objetivo deste grupo é conseguir que 0,7% do PIB seja destinado à ajuda e cooperação dos países pobres;
 - Women of the World Platform: o seu objetivo é tentar promulgar leis ou diretrizes que não ignorem, revertam ou menosprezem a identidade das mulheres, a dignidade e os valores das mães ou a prioridade da dedicação familiar.

DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE PRESSÃO ESPANHÓIS NOS INTERGRUPOS, FÓRUNS INDUSTRIAIS E GRUPOS DE ESPECIALISTAS

A participação dos lóbis espanhóis nos intergrupos é de apenas 2,95%, tal como nos fóruns, que também registou 2,95%. Nos grupos de especialistas, a participação sobe para 9,79%.

Os grupos de pressão espanhóis participam nos seguintes intergrupos: o Inter-group on Sport, o Climate Change, Biodiversity and Sustainable Development e todos aqueles que se relacionam com a pesca. Já no que respeita ao fóruns industriais, participam no European Energy Forum e no EUROPECHE.

Por fim, os grupos de pressão espanhóis estão presentes nos seguintes grupos de especialistas:

- Comité consultatif pour la sécurité et la santé sur le lieu de travail;
- Commission expert group Civil Society Forum on Drugs;
- Commission operational expert group of the European Innovation Partnership on Raw Materials;
- Digital Transport and Logistics Forum;
- Corporate Bond Market Liquidity;
- EU Bioeconomy Stakeholders Panel;
- European Sustainable Shipping Forum;
- Noise Expert Group;
- Payment Systems Market Expert Group;
- Rural Network's Assembly;
- Skills development and careers in the blue economy;
- Standing Committee on Precursors;
- Steel Advisory Group;
- Structured Dialogue with European Structural and Investment Funds' partners group of experts.

INFORMAÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO ANUAL DOS GRUPOS, DE FORMA A CONHECER OS LÓBIS E OS SECTORES QUE DESTINAM MAIS DINHEIRO À ATIVIDADE

Na Tabela 4, são mostrados os 10 grupos de interesse com maior orçamento anual.

	DATA DE INSCRIÇÃO	NOME DA ORGANIZAÇÃO	SUBCATEGORIA	ESTIMATIVA DOS CUSTOS (QUANTIA ABSOLUTA)	ESTIMATIVA DOS CUSTOS (INTERVALO)	CUSTOS MÉDIOS/ EXATOS
1	01/03/2012	Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FIIAPP)	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar a favor do interesse público	34.777.770 €		34.777.770 €
2	24/01/2012	Fundación Tekniker (IK4 - Tekniker)	Grupos de reflexão e instituições de investigação		5.500.000 € - 5.749.000 €	5.624.500 €
3	09/11/2016	Institut d' Investigació en Ciències de la Salut Germans Trias i Pujol (IGTP)	Instituições académicas	2.943.000 €		2.943.000 €
4	17/10/2016	Instituto Nacional de Investigación y Tecnología Agraria y Alimentaria (INIA)	Grupos de reflexão e instituições de investigação		2.750.000 € - 2.999.999 €	2.874.99,50 €
5	31/05/2016	Centro Tecnológico del Mar – Fundación Cetmar (Cetmar)	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar a favor do interesse público		2.750.000 € - 2.999.999 €	2.874.99,50 €
6	10/04/2017	Organización Interprofesional Agroalimentaria del Porcino de Capa Blanca (Interporc)	Associações comerciais e empresariais		2.500.000 € - 2.749.000 €	2.624.500 €
7	02/11/2016	Idiada Automotive Technology, S.A (Idiada)	Empresas e grupos		2.500.000 € - 2.749.000 €	2.624.500 €
8	23/06/2008	Telefónica, S.A.	Empresas e grupos	2.000.000 €		2.000.000 €

9	08/02/2018	Ajuntament de Barcelona (Barcelona)	Outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional	1.000.000 € - 1.249.999 €	1.124.99,50 €
10	06/07/2017	Comisión Nacional de los Mercados y de la Competencia (CNMC)	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar a favor do interesse público	1.000.000 € - -1.249.999 €	1.124.99,50 €

Tabela 4: Grupos de pressão registados com maior orçamento

Considerando as categorias dos grupos de pressão e o seu gasto médio, foi estabelecido um *ranking* dos lóbis que detêm os maiores orçamentos para a sua atividade.

Em primeiro lugar no ranking estão as “organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.” e dentro destas os “outros organismos públicos ou mistos”, criados por lei, cujo objetivo é atuar a favor do interesse público com um gasto médio de 1.391.057,43€. Seguem-se as “associações e redes transnacionais de autoridades públicas regionais de categoria inferior à nacional” com um gasto médio de 326.428€. Por último estão as “outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional” com um gasto médio de 257.999€.

Em segundo lugar está a categoria dos “grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação”, sendo os “grupos de reflexão e instituições de investigação” que mais se destacam, com 196.547€ gastos. Já as “instituições académicas” têm um gasto médio de 179.588,56€ e as “consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria” têm um gasto semelhante. Nesta última subcategoria, os “consultores profissionais” têm um gasto médio de 196.320€.

Em terceiro lugar, aparecem os “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais”, com destaque para as “empresas e grupos”, cujo gasto médio de 173.861,91€ e para os “sindicatos e associações profissionais” com 132.610€ gastos.

ÁREAS DE INTERESSE DOS GRUPOS DE PRESSÃO REGISTRADOS

As áreas que despertam maior interesse nos lóbis são as apresentadas na Tabela 5.

	ÁREAS DE INTERESSE DOS GRUPOS DE INTERESSE	PERCENTAGEM
1	Meio ambiente: 446 grupos interessados	59,86%
2	Investigação e tecnologia: 403 grupos interessados	54,09%
3	Energia: 312 grupos interessados	41,87%
4	Empresa: 311 grupos interessados	41,74%

5	Alterações climáticas: 292 grupos interessados	39,19%
6	Competência: 274 grupos interessados	38,77%
7	Comércio: 259 grupos interessados	37,56%
8	Mercado interior: 263 grupos interessados	35,30%
9	Sociedade da informação: 262 grupos interessados	35,16%
10	Educação: 257 grupos interessados	34,49%
11	Assuntos económicos e financeiros: 252 grupos interessados	33,82%
12	Consumidores: 252 grupos interessados	33,82%
13	Emprego e assuntos sociais: 252 grupos interessados	33,82%
14	Segurança alimentar: 246 grupos interessados	33,02%
15	Agricultura e desenvolvimento rural: 235 grupos interessados	31,54%
16	Transporte: 223 grupos interessados	29,93%
17	Política regional: 218 grupos interessados	29,26%
18	Redes transeuropeias: 210 grupos interessados	28,18%
19	Desenvolvimento: 209 grupos interessados	28,05%
20	Saúde pública: 209 grupos interessados	28,05%
21	Relações exteriores: 205 grupos interessados	27,51%
22	Assuntos gerais e institucionais: 198 grupos interessados	26,57%
23	Impostos: 193 grupos interessados	25,90%
24	Pesca e aquicultura: 178 grupos interessados	23,89%
25	Justiça e direitos fundamentais: 170 grupos interessados	22,81%
26	Cultura: 155 grupos interessados	20,80%
27	Juventude: 152 grupos interessados	20,40%
28	Política exterior e de segurança: 147 grupos interessados	19,73%
29	Comunicação: 141 grupos interessados	18,92%
30	Sector audiovisual e meios de comunicação: 133 grupos interessados	17,85%
31	Alfândegas: 126 grupos interessados	16,91%
32	Orçamento: 122 grupos interessados	16,37%
33	Ajuda humanitária: 101 grupos interessados	13,55%
34	Assuntos internos: 96 grupos interessados	12,88%
35	Estabilidade económica, serviços financeiros e união de mercado de capitais: 83 grupos interessados	11,14%
36	Ampliação: 66 grupos interessados	8,85%
37	Desporto: 63 grupos interessados	8,45%

Tabela 5: Áreas de interesse dos grupos de pressão registados

A seguir (Tabela 6), apresenta-se em ordem decrescente e dividida por categorias, os grupos de pressão que estão interessados num maior número de temas. Constata-se que as “instituições académicas”, as “outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional”, as “consultorias profissionais”, os “consultores que trabalham por conta própria” e os “grupos de reflexão e instituições de investigação” são os lóbis preocupados com um maior número de assuntos.

ORDEM	GRUPOS DE INTERESSE (SUBCATEGORIAS)	MÉDIA DO NÚMERO DE ÁREAS DE INTERESSE DE CADA GRUPO	CATEGORIA
1	Instituições académicas	18,9	Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação
2	Outras autoridades públicas de categoria inferior à nacional	18	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
3	Consultorias profissionais	14,94	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria
4	Consultores que trabalham por conta própria	11,61	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria
5	Grupos de reflexão e instituições de investigação	10,71	Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação
6	Associações comerciais e empresariais	10,5	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
7	Outros organismos públicos ou mistos, criados por lei, cujo objetivo é atuar em favor do interesse público	10,03	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
8	Sindicatos e associações profissionais	9,66	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
9	Organizações, plataformas e redes não-governamentais e afins	9,5	Organizações não-governamentais
10	Empresas e grupos	9,43	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
11	Associações e redes transnacionais de autoridades públicas regionais ou de categoria inferior à nacional	9	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.
12	Escritórios de advocacia	8,37	Consultorias profissionais, escritórios de advocacia e consultores que trabalham por conta própria
13	Outras organizações	7,2	Grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais
14	Estruturas regionais	6,58	Organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.

15	Organizações que representam igrejas e comunidades religiosas	4	Organizações que representam igrejas e comunidades religiosas
----	---	---	---

Tabela 6: Áreas de maior interesse para os grupos

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O grupo constituído pelos “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais” é o que tem maior representação no Registo de Transparência da União Europeia, com o objetivo de exercer influência no processo legislativo e na aplicação de políticas públicas das instituições da União Europeia.

Como citado anteriormente, a inscrição no registo é voluntária, de maneira que a data de inscrição do grupo de pressão revela o seu interesse em adaptar-se às políticas de transparência. Além disso, a inscrição pressupõe a possibilidade de acesso às reuniões relacionadas com a elaboração e com a aplicação de políticas públicas da União Europeia. Sem esse registo não é possível ter qualquer influência no que diz respeito à legislação europeia e à sua implementação. Desta forma, a informação relativa à inscrição diz quais são as organizações que têm maior disposição para promover os seus interesses em frente aos poderes públicos. Com os resultados obtidos, é possível determinar que dos 10 primeiros lóbis espanhóis registados no Registo de Transparência da União Europeia, oito pertencem à subcategoria de “outros grupos”, que está integrada nos “grupos de pressão dentro das empresas e associações comerciais, empresariais ou profissionais”.

Em relação aos lobistas espanhóis que possuem endereço em Bruxelas, ainda são poucos os que estão domiciliados naquela cidade. Os grupos de pressão que possuem escritórios nesta capital e que, portanto, têm uma relação mais próxima com os decisores políticos do Parlamento Europeu são os que pertencem à categoria das “empresas e grupos”.

O estudo das pessoas que trabalham nos grupos de pressão da União Europeia mostra que cerca de metade (46,9%) o faz em jornada completa e os restantes colaboradores exercem a sua atividade em regime parcial. Já no que respeita aos indivíduos responsáveis pela representação dos grupos perante a União Europeia, concluiu-se que o número de homens é o dobro do número de mulheres.

A partir dos resultados obtidos, também se encontrou um pequeno número de grupos de pressão que demonstram perseguir objetivos específicos relacionados com a mudança da legislação ou, por outro lado, que se tenham constituído devido a um facto pontual e concreto.

Tendo como referência os dados relativos à participação dos grupos de pressão espanhóis nos intergrupos, nos fóruns industriais e nos grupos de especialistas, é possível verificar que esta participação ainda é muito reduzida. Estes fóruns e grupos servem para dar voz aos lóbis, o que significa que a sua intenção de alcançar envolvimento na

esfera de influência e nas estruturas de tomada de decisão da União Europeia ainda é escassa.

Em seguida, partindo da análise dos dados económicos, é fácil verificar que a categoria “organizações que representam autoridades locais, regionais e municipais, outros organismos públicos ou mistos, etc.” é a que destina mais recursos económicos ao *lobbying*.

Por último, a partir da observação das áreas de maior interesse para os grupos de pressão, é possível determinar que o meio ambiente, a investigação e tecnologia, a energia e a empresa, são os assuntos sobre os quais mais se empenharão no momento de pressionar os decisores políticos.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação foi financiada pelo projeto “Lobby e Comunicação”, financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação. Programa Nacional de I+D. Programa Estatal de Investigación, Desenvolvimento e Inovação Orientada aos Desafios da Sociedade (Código de projeto: CSO2016-79357-R).

REFERÊNCIAS

- Almansa-Martínez, A. (2003). Estrategia de comunicación institucional en sistemas democráticos. In J. I. Aguaded Gómez (Ed.), *Luces en el laberinto audiovisual = luzes no labirinto audiovisual: Congreso Iberoamericano de Comunicación y Educación* (pp. 1-15). Huelva: Grupo de Investigación Agora, Grupo Comunicar.
- Almiron, N. & Xifra, J. (2016). Influence and advocacy: revisiting hot topics under pressure. *American Behavioral Scientist*, 60(3), 253-255. <https://doi.org/10.1177/0002764215615161>
- Arévalo Martínez, R. I. & Herlinda Ortiz, H. (2018). Análisis de modelos de relaciones públicas en Facebook de las organizaciones del tercer sector de México, Chile, Inglaterra y España. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 8(15), 85-106.
- Barron, A. (2011). The impact of national business cultures on large firm lobbying in the European Union: evidence from a large-scale survey of government affairs managers. *Journal of European Integration*, 33(4), 487-505. <https://doi.org/10.1080/07036337.2011.579752>
- Bentley, A. F. (1908). *The process of government. A study of social pressures*. Chicago: Chicago University Press.
- Bernhagen, P., Dür, A. & Marshall, D. (2015). Information or context: what accounts for positional proximity between the European Commission and lobbyists? *Journal of European Public Policy*, 22(4), 570-587. <https://doi.org/10.1080/13501763.2015.1008556>
- Berry, J. (1989). *The interest group society*. Illionis: Scolt Foreman/Little.
- Cabral, R., Andrelo, R. & Granato, M. (2018). A privatização da ética no Brasil: posicionamento da Petrobrás no canal do Youtube. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 16(3), 207-228. <https://doi.org/10.5783/RIRP-16-2018-12-207-228>
- Canelón, A. R. (2005). Comunicación organizacional: del lobby a la ciudadanía corporativa. *Estudios venezolanos de Comunicación*, 131, 82-91.

- Castillo-Esparcia, A. (2018). Los lobbies en España. Análisis de su tratamiento mediático. In M. C. Carretón (Ed.), *Oportunidades en la estrategia de relaciones públicas* (pp. 185-219). Valencia: Tirant Lo Blanch.
- Castillo-Esparcia, A. (2011). *Lobby y comunicación: el lobbying como estrategia comunicativa*. Zamora: Comunicación Social.
- Castillo-Esparcia, A. & Smolak, E. (2017). *Lobbies y think tanks. Comunicación política en la red*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Castillo-Esparcia, A., Smolak-Lozano, A. & Fernández Souto, A. B. (2017). Lobby and communication in Spain. Analysis of the presence of lobbies in Spanish prestigious press. *Revista Latina de Comunicación Social*, 72, 783-802. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2017-1192en>
- Castillo-Esparcia, A., Guerra-Heredia, S. & Almansa-Martínez, A. (2017). Comunicación política y think tanks en España: estrategias con los medios de comunicación. *El profesional de la información*, 26(4), 706-713. <https://doi.org/10.3145/epi.2017.jul.14>
- Chalmers, A. W. (2013). Trading information for access: informational lobbying strategies and interest group access to the European Union. *Journal of European Public Policy*, 20(1), 39-58. <https://doi.org/10.1080/13501763.2012.693411>
- Harris, P. (2002). The evolution of strategic political lobbying in the UK and the Psychological Network Underpinning Machiavellian Marketing. *Journal of Political Marketing*, 1(1), 239-251. https://doi.org/10.1300/J199V01N01_17
- Harris, P. & Mcgrath, C. (2012). Political marketing and lobbying: a neglected perspective and research agenda. *Journal of Political Marketing*, 11(2), 75-94. <https://doi.org/10.1080/15377857.2012.642745>
- Klüver, H. (2012). Informational lobbying in the European Union: the effect of organisational characteristics. *West European Politics*, 35(3), 491-510. <https://doi.org/10.1080/01402382.2012.665737>
- Milbraith, L. (1963). *The Washington lobbyist*. Chicago: Rand McNally.
- Moya Díaz, E. (2018). Transparencia y lobby. El desafío en escenarios de coexistencia entre lo formal e informal. *Transparencia & Sociedad*, 6, 83-102.
- Rebollo-Bueno, S. (2019). Los think tanks y su presencia en la agenda mediática española. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 9(17), 165-188. <https://doi.org/10.5783/RIRP-17-2019-09-165-188>
- Schendelen, R. V. (2010). *More Machiavelli in Brussels: the art of lobbying the EU*. Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Svolik, M.W. (2012). *The politics of authoritarian rule*. Cambridge, USA: Cambridge University Press.
- Truman, D. B. (1968). *The govermental process political interest and public opinion*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Xifra, J. (1998). *El lobbying: cómo influir eficazmente en las decisiones de las instituciones públicas*. Barcelona: Gestión 2000.
- Xifra, J. (2016). El lobbying europeo: escenario y bases para su desarrollo. *Revista Organicom*, 8(14), 167-180.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Almansa-Martínez é professora da Faculdade de Ciências da Comunicação, no Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Universidade de Málaga. As suas principais linhas de investigação são a comunicação política, a participação cidadã, o *lobbying*, as relações públicas e a comunicação institucional. É docente destas matérias na licenciatura e no mestrado. Também leciona Comunicação no Doutoramento Interuniversitário. É coordenadora do Mestrado em Direção Estratégica e Inovação na Comunicação. É editora da *Revista Internacional de Relaciones Públicas*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0256-6369>

Email: anaalmansa@uma.es

Morada: Universidade de Málaga, Faculdade de Ciências da Comunicação, Calle de León Tolstoi, s/n, Campus de Teatinos, 29010 Málaga, Espanha

Elizabet Castellero-Ostio é professora da Faculdade de Ciências da Comunicação, no Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Universidade de Málaga. É doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade de Málaga, é licenciada em Publicidade e Relações Públicas e mestre em Gestão Estratégica e Inovação em Comunicação. É especialista na organização de congressos e de eventos. As suas principais linhas de investigação são em torno da comunicação política e institucional, do protocolo e da organização de eventos, temas sobre os quais publicou diversos artigos em revistas científicas, vários capítulos de livros, e foi responsável por diversas comunicações em congressos internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0546-7262>

Email: ecastillero@uma.es

Morada: Universidade de Málaga, Faculdade de Ciências da Comunicação, Calle de León Tolstoi, s/n, Campus de Teatinos, 29010 Málaga, Espanha

* **Submissão:** 02/07/2019

* **Aceitação:** 31/10/2019